

Sumário

Capítulo I - O ESTADO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO

1. Estado: conceito, evolução e transformações	17
2. Administração Pública	23
3. Direito Administrativo	25
3.1. Fontes do Direito Administrativo	26
3.1.1. Lei	26
3.1.2. Costume	26
3.1.3. Jurisprudência	27
3.1.4. Doutrina	27
3.1.5. Súmulas Vinculantes	27
4. Regime jurídico-administrativo	28

Capítulo II - PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

1. Introdução	29
2. Princípios explícitos (expressos)	29
2.1. Princípio da legalidade	30
2.2. Princípio da impessoalidade	32
2.3. Princípio da moralidade	37
2.4. Princípio da publicidade	38
2.5. Princípio da eficiência	42
3. Princípios implícitos	44
3.1. Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular	44
3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público	46
3.3. Princípio da continuidade do serviço público	46
3.4. Princípio da autotutela e tutela	47
3.5. Princípio da segurança jurídica	47
3.6. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade	52

Capítulo III – PODERES E DEVERES ADMINISTRATIVOS

1. Introdução	55
---------------------	----

2. Poder Vinculado	56
3. Poder Discricionário	58
4. Poder Hierárquico	61
5. Poder Disciplinar	62
6. Poder Normativo (Regulamentar)	66
7. Poder de Polícia	69
7.1. Ciclo de Polícia	69
7.2. Delegação de atos do poder de polícia	73
7.3. Polícia administrativa e polícia judiciária	74
7.4. Atributos do poder de polícia	75
7.5. Meios de atuação	76
7.6. Limites	76
7.7. Prescrição	76
8. Deveres administrativos	77
8.1. Dever de agir	77
8.2. Dever de eficiência	77
8.3. Dever de probidade	78
8.4. Dever de prestar contas	78

Capítulo IV - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

1. Introdução	81
2. Administração Direta	82
2.1. Classificação dos órgãos	83
2.1.1. Quanto à posição estatal	83
2.1.2. Quanto à estrutura	84
2.1.3. Quanto à atuação funcional ou composição	84
3. Administração Indireta	85
3.1. Autarquias	86
3.2. Agências Reguladoras	93
3.3. Fundações	96
3.4. Agências Executivas	99
3.5. Consórcios Públicos	100
3.6. Empresas públicas e sociedades de economia mista	102
3.6.1. Semelhanças	102
3.6.2. Diferenças	104
3.6.3. Subsidiárias	110
4. Entidades paraestatais, entes de cooperação ou terceiro setor	111

Direito Administrativo

4.1. Serviços sociais autônomos	111
4.2. Organizações Sociais	113
4.3. Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIIP)	114
4.4. Entidades de apoio	115

Capítulo V - ATOS ADMINISTRATIVOS

1. Introdução	117
2. Atributos dos atos administrativos	119
3. Requisitos (elementos) dos atos administrativos	120
3.1. Competência	120
3.2. Forma	121
3.3. Finalidade	121
3.4. Objeto.....	122
3.5. Motivo	122
3.5.1. Teoria dos motivos determinantes	124
4. Perfeição, validade e eficácia	125
5. Classificação dos atos administrativos	125
5.1. Quanto ao grau de liberdade conferido à Administração	125
5.2. Quanto aos destinatários	125
5.3. Quanto à abrangência dos efeitos	126
5.4. Quanto às prerrogativas (ao objeto)	126
5.5. Quanto à estrutura.....	126
5.6. Quanto à formação (composição) da vontade	127
5.7. Quanto à exequibilidade	129
5.8. Quanto aos efeitos	130
5.9. Quanto a sua validade.....	130
6. Espécies de atos administrativos	130
7. Atos administrativos em espécie	131
7.1. Quanto ao conteúdo	131
7.2. Quanto à forma de exteriorização	132
8. Extinção dos atos administrativos.....	134
8.1. Extinção de ato ineficaz.....	134
8.2. Extinção de ato eficaz.....	135
8.2.1. Cumprimento de seus efeitos	135
8.2.2. Pela retirada	135
9. Convalidação dos atos administrativos	140

Capítulo VI - LICITAÇÃO

1. Conceito, destinatários e objeto	143
2. Princípios	144
2.1. Princípio da legalidade	144
2.2. Princípio da impessoalidade.....	144
2.3. Princípio da publicidade	146
2.4. Princípio da moralidade e probidade	147
2.5. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	147
2.6. Princípio do julgamento objetivo	147
2.7. Princípio da adjudicação compulsória	147
2.8. Princípio da padronização	148
3. Obrigatoriedade da licitação	151
4. Inexigibilidade de licitação	152
5. Dispensa de licitação	152
5.1. Licitação dispensada.....	153
5.2. Licitação dispensável	155
6. Modalidades de licitação.....	157
6.1. Concorrência	157
6.2. Tomada de preços	158
6.3. Convite	159
6.4. Concurso.....	160
6.5. Leilão	161
6.6. Pregão	162
6.7. Consulta.....	162
7. Procedimento adotado pela Lei nº 8.666/93	163
7.1. Ato convocatório - edital ou carta-convite.....	163
7.1.1. Comissão responsável	165
7.2. Habilitação.....	166
7.2.1. Na concorrência	166
7.2.2. Na tomada de preços e convite.....	168
7.2.3. Recurso.....	168
7.3. Classificação e julgamento	168
7.3.1. Tipos de licitação	169
7.3.2. Recurso.....	170
7.4. Homologação	171
7.5. Adjudicação	171
8. Procedimento adotado pela Lei nº 10.520/02	171

Direito Administrativo

8.1. Prazos	172
8.2. Inversão de fases	172
8.3. Inclusão de uma nova fase	173
9. Anulação e revogação da licitação	173

Capítulo VII - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. Noções gerais	177
2. Características	178
3. Cláusulas exorbitantes	179
3.1. Exigência de garantia	179
3.2. Execução e fiscalização da execução	180
3.3. Aplicação de sanções	182
3.4. Alteração unilateral	183
3.5. Rescisão unilateral	185
3.6. Anulação	186
3.7. Restrição ao uso da cláusula de exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	187
3.8. Retomada do objeto	188
4. Formalização do contrato	188
5. Duração e prorrogação contratual	189
6. Extinção contratual	190
6.1. Forma ordinária	190
6.2. Forma extraordinária	190
6.2.1. Culposa	191
6.2.2. Sem Culpa	191
6.2.2.1. Teoria da Imprevisão	191
6.2.2.2. Caso fortuito ou força maior	192
6.2.2.3. Fato do príncipe	192
6.2.2.4. Fato da administração	193
7. Espécies de contratos administrativos	193
8. Consórcio Público	195
9. Convênio	196

Capítulo VIII - SERVIÇOS PÚBLICOS

1. Introdução	197
2. Classificação	197
3. Princípios	201

3.1. Princípio da eficiência.....	201
3.2. Princípio da continuidade do serviço público	201
3.3. Princípio da modicidade das tarifas	205
3.4. Princípio da generalidade	206
3.5. Princípio da regularidade	206
3.6. Princípio da atualidade	206
3.7. Princípio da segurança	206
4. Formas de prestação do serviço público	206
4.1. Prestação direta	207
4.2. Prestação indireta	207
5. Concessão de serviços públicos.....	208
5.1. Regras atinentes à licitação.....	211
5.2. Regras atinentes ao contrato administrativo de concessão	212
5.3. Intervenção	213
5.4. Formas de extinção das concessões.....	213
5.4.1. Advento do termo contratual	213
5.4.2. Anulação.....	214
5.4.3. Rescisão	214
5.4.4. Encampação	214
5.4.5. Caducidade	215
5.4.6. Falência ou extinção da empresa concessionária	215
6. Permissão de serviços públicos	216
7. Autorização de serviços públicos	220

Capítulo IX - AGENTES PÚBLICOS

1. Introdução	223
2. Agentes públicos	223
3. Classificação de agentes públicos.....	224
3.1. Agentes políticos	224
3.2. Agentes administrativos	225
3.3. Agentes (ou particulares) em colaboração com o Estado	227
4. Cargo, emprego e função	228
4.1. Organização dos cargos públicos	228
4.2. Classificação dos cargos públicos quanto ao provimento	229
4.3. Formas de provimento de cargos públicos	232
4.3.1. Originário.....	232
4.3.2. Derivado	233

Direito Administrativo

4.3.2.1. Provimento derivado vertical	233
4.3.2.2. Provimento derivado horizontal	234
4.3.2.3. Provimento derivado por reingresso	235
4.4. Posse e exercício	236
4.5. Acessibilidade a cargos, empregos e funções	237
4.5.1. Cargos privativos de brasileiros natos.....	240
4.5.2. Exigência de concurso público	241
4.6. Formas de vacância de cargos públicos	250
4.7. Sistema remuneratório	256
4.7.1. Remuneração	257
4.7.2. Subsídio	258
4.7.3. Salário.....	259
4.7.4. Limite máximo para a remuneração, subsídio e salário.....	259
4.7.5. Limite mínimo para a remuneração, subsídio e salário	261
4.8. Acumulação de cargos, empregos e funções	262
4.9. Licenças e afastamentos	265
4.10. Disponibilidade e aproveitamento	266
4.11. Direitos, deveres e responsabilidade dos agentes públicos.....	268
4.12. A Lei Complementar nº 10.098/94 (Estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul).....	274

Capítulo X - BENS PÚBLICOS

1. Considerações iniciais	283
2. Classificação dos bens públicos.....	284
2.1. Quanto à titularidade.....	284
2.2. Quanto à destinação ou utilização	285
2.3. Quanto à disponibilidade	286
3. Afetação e Desafetação.....	286
4. Regime jurídico.....	287
5. Uso dos bens públicos	288
6. Aquisição dos bens públicos.....	292
7. Alienação dos bens públicos	292
8. Espécies de bens públicos	293

Capítulo XI - INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

1. Introdução.....	295
2. Modalidades.....	296

2.1. Servidão Administrativa	297
2.2. Requisição Administrativa	299
2.3. Ocupação temporária ou provisória.....	301
2.4. Limitação Administrativa.....	303
2.5. Tombamento	305
2.6. Desapropriação	309
2.6.1. Espécies de desapropriação	311
2.6.1.1. Desapropriação ordinária ou clássica.....	311
2.6.1.2. Desapropriação extraordinária	313
2.6.2. Procedimento da desapropriação	315
2.6.2.1. Fase declaratória	315
2.6.2.2. Fase executória	316
2.6.3. Da destinação dos bens desapropriados.....	321
2.6.4. Desapropriação indireta	321
2.6.5. Direito de extensão	324
2.6.6. Tredestinação	324
2.6.7. Retrocessão	327

Capítulo XII - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

1. Introdução	329
2. Breve histórico	330
2.1. Teoria da irresponsabilidade do Estado	330
2.2. Teoria da culpa civil ou subjetiva do Estado.....	330
2.3. Teoria da Culpa Administrativa	331
2.4. Teoria da responsabilidade objetiva	331
3. Elementos constitucionais da responsabilidade civil do Estado	332
3.1. Pessoas responsáveis	332
3.2. Danos.....	333
3.3. Qualidade de agente	334
3.4. Causa	334
3.5. Terceiros.....	337
3.6. Direito de regresso	338
4. Dano decorrente de obra pública	342
5. Dano decorrente de atos legislativos e jurisdicionais	342
6. Dano decorrente de atos de multidões e por atos terroristas	343
7. Dano decorrente de serviço notarial, cartório extrajudicial e tabelionato	344

Direito Administrativo

8. Dano decorrente de medida provisória não convertida em lei	346
9. Excludentes de responsabilidade	346
10. Prescrição	348

Capítulo XIII - PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. Introdução	355
2. Princípios	355
2.1. Princípio do contraditório e da ampla defesa	356
2.2. Princípio da legalidade objetiva	357
2.3. Princípio da oficialidade	357
2.4. Princípio do formalismo moderado	357
2.5. Princípio da verdade material	358
3. Fases do processo administrativo	358
4. Espécies de processo administrativo	359
4.1. Da sindicância	360
4.2. Do processo administrativo disciplinar – PAD	361
4.3. Da revisão	366

Capítulo XIV - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1. Introdução	369
2. Sujeito Passivo	370
3. Sujeito Ativo	371
4. Modalidades	374
5. Cominações	376
6. Procedimentos	380
6.1. Procedimento administrativo	380
6.2. Procedimento judicial	382

Capítulo XV - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Introdução	387
2. Classificação das formas de controle	389
2.1. Quanto aos órgãos incumbidos do controle	389
2.2. Quanto ao âmbito	389
2.3. Quanto à amplitude	390
2.4. Quanto ao momento de exercício	390
2.5. Quanto à iniciativa	391
2.6. Quanto à natureza do controle	391

3. Controle Administrativo	392
3.1. Direito de petição	392
3.2. Representação	392
3.3. Reclamação Administrativa	393
3.4. Pedido de reconsideração	393
3.5. Recurso hierárquico	393
3.6. Pedido de revisão	394
4. Controle Legislativo	395
4.1. Controle político	396
4.2. Controle financeiro	396
5. Controle judicial	399
5.1. Sistema de jurisdição	401
5.2. Meios de controle	401
5.2.1. <i>Habeas corpus</i>	402
5.2.2. <i>Habeas data</i>	403
5.2.3. Mandado de segurança individual	404
5.2.4. Mandado de segurança coletivo	413
5.2.5. Mandado de injunção	415
5.2.6. Ação civil pública	416
5.2.7. Ação popular	418
Referências Bibliográficas	421